



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019

(Do DEPUTADO FEDERAL IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações sobre a abertura de sindicâncias e processos administrativos disciplinares para perseguição de servidores do ICMBio e do IBAMA.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **Ministro de Estado do Meio Ambiente**, pedido de informações:

- 1) Quais foram os processos administrativos ou sindicâncias instauradas para apurar a conduta de servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBio, a partir da determinação efetivada pelo Ministro do Meio Ambiente no último dia 13/04, em evento realizado no Rio Grande do Sul com lideranças do agronegócio?
- 2) Quais são os fundamentos jurídicos utilizados pelo Ministro do Meio Ambiente para determinar a instauração de processo administrativo disciplinar ou a instauração de sindicância em face de condutas praticadas pelos servidores do Parque Nacional Lagoa do Peixe?
- 3) Porque o evento com lideranças ruralistas e do agronegócio realizado no último dia 13/04 não estava na agenda oficial do Ministro?
- 4) Porque o Ministro do Meio Ambiente foi à agenda com lideranças ruralistas e do agronegócio e não priorizou a agenda oficial na unidade ambiental do Parque Nacional da Lagoa dos Peixe?
- 5) Quem arcou com os custos do evento com lideranças ruralistas do qual o Ministro participou no último dia 13/04?

- 6) Quantos servidores do ICMBio tem para gerir o Parque Nacional da Lagoa do Peixe? Qual o atual déficit de servidores para atender ao pleno funcionamento do Parque Nacional Lagoa dos Peixe? Que medidas o Ministério está adotando para atender a esta demanda?
- 7) Quantos foram os processos administrativos ou sindicâncias instauradas para apurar a conduta dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA que atuaram na última operação de combate à exploração ilegal de madeira na Floresta Nacional do Jamari?
- 8) Quantos servidores são responsáveis por gerir e proteger a Floresta Nacional do Jamari? Quantas operações foram realizadas para o combate à exploração ilegal de madeira na floresta nos últimos cinco anos? Quantas pessoas foram presas? Quantas multas foram aplicadas e quantas foram pagas?

JUSTIFICATIVA

No dia 13 de abril, o Ministro do Meio Ambiente teve agenda de visita ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe, nas cidades de Tavares, Mostardas e São José do Norte, todas no Rio Grande do Sul.

Mesmo não constando na sua agenda oficial, o Ministro compareceu a um evento promovido por parlamentares e lideranças do agronegócio na cidade de Tavares - RS, quando determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra os servidores do ICMBio pelo fato de eles não terem comparecido ao referido evento. Conforme a fala do Ministro:

“Na presença do ministro e do presidente do ICMBio não há nenhum funcionário, embora tenham me recebido em Mostardas. Determino a abertura de processo administrativo disciplinar contra todos os funcionários. É um desrespeito com a figura do ministro e do presidente do ICMBio e com o povo do Rio Grande do Sul. O momento de perseguição de pessoas de bem desse país acabou. Foi com a eleição do nosso presidente Jair Bolsonaro”.¹

A ausência dos servidores foi motivada pela constante tensão que há entre eles e as lideranças presentes no evento. Conforme amplamente divulgado, há um crescente conflito na região em razão da pressão de ruralistas locais para que o Parque Nacional da Lagoa do Peixe seja transformado em uma área de Proteção Ambiental.

¹ <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/04/presidente-do-icmbio-pede-exoneracao-dois-dias-apos-ameacas-de-ministro-a-servidores/>

De todo modo, a determinação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar em razão da ausência dos servidores ao evento realizado fora da agenda configura clara perseguição e deve ser acompanhada de perto pela sociedade e por esta Casa.

A mesma gravidade identificamos no anúncio feito pelo Presidente da República em vídeo divulgado no último fim de semana, quando afirmou:

“Ontem, o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, veio falar comigo com essa informação. Ele já mandou abrir um processo administrativo para apurar o responsável disso aí. Não é pra queimar ninguém, nada né, ninguém não, nada, maquinário, trator, caminhão, seja o que for, não é esse procedimento, não é essa a nossa orientação”.²

O Presidente da República se referia a uma operação para a retirada de madeireiros da Floresta Nacional do Jamari, no Estado de Rondônia. Os servidores inutilizaram equipamentos e veículos utilizados para a exploração ilegal de madeira, conforme prevê expressamente a legislação.

Mais uma vez, o governo tenta utilizar o Processo Administrativo Disciplinar para intimidar e perseguir servidores que estão cumprindo seu dever legal. Trata-se de situação extremamente grave e que, se confirmada, exige a adoção de medidas por esta Casa e pelo Poder Judiciário.

Daí a importância do presente requerimento de informações para que a sociedade tome conhecimento da situação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização das unidades ambientais em todo o país.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2019.

DEPUTADO FEDERAL IVAN VALENTE PSOL/SP

² <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-video-bolsonaro-desautoriza-acao-do-ibama-contra-madeireiras,70002791708>